

A ESCOLA FEMINISTA: UMA EXPERIÊNCIA DE PEDAGOGIA FEMINISTA RURAL NO NORDESTE DO BRASIL

Gabriela Monteiro Araújo; Maria Verônica de Santana

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

Resumo

O trabalho é um relato da experiência realizada pelas mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) ao amadurecer as práticas pedagógicas feministas rurais e construir a Escola Feminista. Excluídas historicamente por múltiplas opressões, as mulheres rurais nordestinas acreditam na formação feminista e na multiplicação dos conhecimentos como estratégias valiosas para a participação efetiva na sociedade brasileira – e também para transformação dessa mesma sociedade e reafirmação do protagonismo das trabalhadoras rurais nordestinas. A partir de uma diversidade de saberes e de identidades – com o protagonismo de agricultoras, assentadas, quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco e artesãs – as atividades de formação políticas das feministas rurais, planejadas e desenvolvidas por elas mesmas, tem criado um ambiente seguro, onde é possível refletir sobre as dificuldades e opressões que as mulheres enfrentam no seu cotidiano. Essa reflexão partilhada tem possibilitado o fortalecimento e a autonomia das mulheres sobre suas próprias vidas, transformando as relações nas famílias, na comunidade e nos vários espaços que elas vêm ocupando. O presente estudo investiga como elas assumem e elaboram suas práticas educativas, desenvolvendo uma pedagogia coerente com o contexto em que vivem e consolidando uma agenda política feminista, anti-racista e anti-capitalista.

Palavras-chave: Feminismos; Ruralidades; Pedagogia feminista.

Entre na luta, da luta eu não fujo

No imaginário brasileiro, o perfil das mulheres trabalhadoras rurais nordestinas costuma ser tingido com tons de submissão, ignorância, passividade e infelicidade. Uma visão machista, heteronormativa, racista e classista, fortemente sustentada pelos meios de comunicação de massa – controlados por uma elite branca interessada em sustentar essa imagem e garantir que essas mulheres sejam excluídas e invisibilizadas. Essa ideia de que o meio rural é atrasado em relação ao urbano reflete uma herança eurocêntrica e homogeniza da forma mais pobre as reais identidades e vivências das trabalhadoras rurais. Diversas, resistentes, ousadas, as mulheres trabalhadoras rurais nordestinas têm um longo histórico de enfrentamento e criatividade, amadurecendo politicamente através da participação em diversos espaços e transformando coletivamente suas vidas com práticas pedagógicas decoloniais.

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) nasceu a partir dessa expressão criativa e do esforço das mulheres de promover um espaço próprio, a fim de aprofundar e enraizar uma construção social democrática e avançar na participação política das mulheres rurais. É preciso considerar que o Nordeste brasileiro tem sido uma região excluída

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

historicamente e os saberes produzidos pelas nordestinas não ocupavam os holofotes das discussões sobre os feminismos no Brasil. Como afirma Mary Ferreira (2011, p.5):

A maioria dos estudos refletem um feminismo que ainda não ultrapassou as fronteiras do eixo São Paulo– Rio de Janeiro e dá leves saltos em Minas Gerais, Santa Catarina, Porto Alegre. E os outros feminismos? Porque permaneceram por tanto tempo invisíveis? Porque no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história? (FERREIRA, 2011, p. 5).

Recuperando a história das feministas rurais, retomamos à 1986, quando mulheres que participavam de sindicatos de trabalhadores rurais nos Estados de Pernambuco e da Paraíba estavam insatisfeitas com a desvalorização de suas presenças, opiniões e demandas junto aos homens. Exerciam as mesmas atividades que eles, mas precisavam disputar intensamente para ocupar os lugares de poder e de tomada de decisões. Nunca eram presidentas. Mas eram escolhidas, por exemplo, para serem secretárias e fazer relatorias das reuniões, pois “mulher tem a letra mais bonita”.

A auto-organização das mulheres era urgente para dar resposta às suas necessidades. Elas precisavam avançar no reconhecimento de sua categoria como sujeito político; precisavam fazer com suas próprias vozes fossem ouvidas; conhecer melhor a si mesmas e umas às outras; refletir criticamente suas condições de vida; organizar coletivamente suas demandas e criar táticas de reivindicação. Acreditando que um movimento com dimensão regional teria maior impacto e incidência política – e compreendendo a importância da unidade entre as mulheres nordestinas – as trabalhadoras rurais pernambucanas e paraibanas ousaram se articular com as mulheres dos outros sete estados do Nordeste brasileiro: Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão. E a transição para um processo organizativo exclusivo de mulheres teve profundo impacto. Celecina Sales (2007) já indicava as possibilidades da participação política das trabalhadoras rurais:

A participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas (SALES 2007, p.6).

Desde então, passaram a se organizar e liderar o MMTR-NE. Milhares de mulheres já militaram no Movimento, assumindo seus papéis de lideranças e transformando suas vidas, suas casas, suas comunidades. O lema do Movimento traduz bem o espírito dessa luta: “mulheres organizadas combatendo mentalidades submissão”. São mulheres que se organizam destacando e

valorizando suas identidades e experiências de vidas, suas realidades. O feminismo decolonial¹ propõe uma forte ênfase em uma intersubjetividade historicizada, encarnada (Lugones, 2010, p.105). É a materialidade da experiência das mulheres que as coloca por excelência na posição de narradoras do processo social. Aqui, entendemos a experiência como o resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas (Costa, 2002, p.67). Recusar a carne é refutar a história e os desejos, a corporeidade e a agência dos sujeitos em questão.

E em questão estão as próprias trabalhadoras rurais, que se articularam entre si e com outros/as atores/atrizes políticos/as e construíram uma agenda política feminista a partir de suas realidades e deram visibilidade às suas pautas. Construíram marchas, seminários, místicas, oficinas, atos públicos, audiências, performances, manifestos. Participaram de redes, de espaços de organização da sociedade civil, de diálogo com o Estado, de planejamento e monitoramento de políticas públicas. São as protagonistas do seu Movimento e seguem até hoje se reinventando para se manter leais à sua missão: “construir relações justas e igualitárias entre mulheres e homens do Nordeste”.

E na política, por que é que eu não sou mulher?

Ao longo dos anos, as mulheres investiram intensamente na formação política feitas por e para as trabalhadoras rurais – este tem sido um dos principais eixos das ações do Movimento. A maior parte das mulheres do MMTR-NE teve pouco acesso às instituições formais de ensino (aqui não se consideram as freqüentes ocasiões em que elas estão às voltas com as universidades na condição de “objetos de estudo”). Por isso, as trabalhadoras rurais afirmam que educação é uma coisa, escolaridade é outra:

Podem estar conectadas ou não. Por educação, nós entendemos que há um conjunto de elementos. Quando nós vamos para os encontros, as pessoas da universidade costumam se apresentar e dizer os seus títulos. Nós dizemos que somos trabalhadoras rurais e nossa escola foi a vida, aprendemos a amar e respeitar a terra e natureza. Aquela que fornece o pão de cada dia, o amor, o respeito. Nós respeitamos a escolaridade e a leitura como fontes

1 Maria Lugones propõe a construção de um feminismo de resistência à dominação, um feminismo epistemológico que seja construído por mulheres que vivem no entre-lugar e que sofrem diversas opressões conectadas, que interseccionem as múltiplas opressões, de raça, classe e gênero, que represente essas mulheres e que seja um contraponto de resistência múltipla a opressões múltiplas. Segundo a autora, a despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial. (LUGONES, 2008, p.1).

de saber, mas acreditamos que a educação está além disso. (Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE, 2015).

A super valorização da escolaridade na sociedade tem sido um desafio constante para as mulheres, que constroem suas bagagens e linguagens em espaços informais e muitas vezes são consideradas intelectualmente incapazes. Rosália Ana, trabalhadora rural do Estado de Alagoas descreve: “Algumas vezes pessoas com mestrado e doutorado falam a mesma coisa que nós falamos, mas usam palavras chiques e acham que são mais importantes que nós”². As mulheres são taxativas: Alguém que maltrate os seres humanos, os animais e o meio ambiente é mal educado, independente de quantos títulos ostente no currículo. Para elas, a educação está intrinsecamente ligada ao respeito aos direitos e à integridade das pessoas e dos territórios, e o aprendizado acontece com mais frequência fora do que dentro dos muros das escolas.

Essa desconfiança em relação às instituições de ensino se justifica por serem comumente espaços de sustentação da colonialidade e das relações coloniais. Restrepo e Rojas (2010) falam da construção como:

um conjunto de pensamentos críticos sobre o lado escuro da modernidade, articulados pelos condenados da terra e que busca entender as condições de reprodução do eurocentrismo e da colonialidade do sistema-mundo. Estes, por sua vez, inferiorizam seres humanos (colonialidade do ser), dominam o mundo natural (colonialidade da natureza), constroem hierarquias de gênero (colonialidade de gênero) e hierarquizam seres e lugares a partir de uma matriz de poder global com o objetivo de melhor explorá-los para a acumulação de capital (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 39).

As trabalhadoras rurais desconsideram os espaços que sustentam os pactos perversos de colonialidade. A educação precisa necessariamente “respeitar nossa diversidade, nossa cultura e nossa prática agroecológica”, de acordo com Djaumira, trabalhadora rural do Estado de Alagoas. As mulheres entendem que as práticas pedagógicas precisam ser coerentes com o projeto político agroecologista³ e feminista defendido por elas. Maria Rodrigues, trabalhadora rural do Estado de Sergipe, explica: “Se a gente diz que planta orgânico para comer, mas leva para vender os produtos com veneno, isso não é educação. O que eu quero pra mim, eu quero para os outros. Eu sei disso

2 Depoimentos retirados do Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE (2015).

3 De acordo com Stephen Gliessman, a agroecologia nada mais é do que a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (Gliessman, 2000, p. 45). A agroecologia propõe ver o progresso e o desenvolvimento de outro ponto de vista, que permita se pensar a modernidade de outra forma (Siliprandi, 2015, p. 93).

porque me formei na escola da vida”. A expressão escola da vida é usada frequentemente pelas trabalhadoras rurais, que percebem os impactos de sua exclusão dos espaços institucionalizados de ensino e se referem à vida como uma dimensão muito mais ampla e confiável, aquela em que a sabedoria nasce e pode ser cultivada e compartilhada.

A pedagogia feminista rural é então considerada pelas mulheres como uma afirmação política: uma questão de decisão, uma escolha de vida que elas fizeram e fazem. É entendida como um despertar, um compromisso profundo e sincero entre teoria e prática. É organizar, é resistir. É ensinar e também aprender, vem da vida e à vida retorna. É direito e é respeito. E a troca de experiências, informal, divertida, acessível, é um dos pontos fortes das práticas pedagógicas das mulheres: “Eu acho muito legal. Quando chegamos na reunião, uma fala que a galinha ficou doente, daí a outra já tem uma receita e isso vai virando uma prática do grupo”, exemplifica Rosália. Dentre suas experiências de formação política, o exemplo mais destacado por elas ao tratar da pedagogia rural feminista é o da Escola Feminista.

A Escola Feminista, com metodologia adequada, desenvolvida por elas mesmas, tem criado um ambiente seguro, onde é possível refletir sobre as dificuldades e opressões que as mulheres enfrentam no seu cotidiano. Essa reflexão partilhada tem possibilitado o fortalecimento e a autonomia das mulheres sobre suas próprias vidas, transformando as relações nas famílias, na comunidade e nos vários espaços que elas vêm ocupando. A partir dessas partilhas, as mulheres se apropriam dos seus direitos e se inserem nos diversos espaços – dentro e fora da casa/comunidade – sendo visíveis as transformações que acontecem no conjunto da sociedade. Os modos de vida, de relação e de produção passam a adquirir outras perspectivas, numa lógica de organização da vida pautada pelo respeito às diferenças, à natureza, à socialização dos bens comuns e ao enfrentamento às diversas formas de violência e dominação. É da resistência histórica das mulheres que se cria a reorganização da vida e do mundo. E a Escola Feminista do MMTR-NE permitiu a abertura de novos horizontes, desafiando o discurso hegemônico e construindo estratégias de fortalecimento das mulheres.

Durante os anos 2000, em Pernambuco, o Projeto Mulher e Democracia atuava como uma referência de trabalho em conjunto das organizações e movimentos de mulheres. Iniciado em 2004, inicialmente era composta pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN), Centro das Mulheres do Cabo (CMC) e pela Fundação Joaquim Nabuco. Pouco depois o MMTR-NE também se somou ao projeto, que atuou intensamente nos anos seguintes, realizando diversas atividades de formação e lançamento de publicações. Em 2008, as organizações decidiram transformar o projeto na Rede

Mulher e Democracia. Uma das apostas da Rede foi a realização da Escola Feminista de Formação Política, que tinha a proposta de fortalecer “o empoderamento das mulheres e o exercício da democracia na construção de igualdade entre homens e mulheres.”

A partir dessa experiência inicial, o vínculo entre as três organizações feministas envolvidas na Rede (CMN, CMC e MMTR-NE) se aprofundou e passaram a trabalhar com projetos em comum, amadurecendo a prática da gestão partilhada das ações. Pelos resultados positivos alcançados com a realização das edições da Escola Feminista de Formação Política, as três entidades decidiram continuar investindo e melhorando a experiência dessa Escola. As turmas traziam relatos de muito fortalecimento ao final do processo, que envolvia seis módulos, cada um realizado durante dois a três dias num mês. Os módulos traziam conteúdos ditos “acadêmicos” e inacessíveis, com a proposta de fazer essas discussões a partir de uma perspectiva feminista e relacionada com a educação popular. Os módulos tratavam sobre história e raça; gênero e feminismo; ciência política; sociologia; economia solidária; e fala pública.

A cada edição da Escola, as discussões avaliativas apontavam novas possibilidades, que eram incorporadas na edição seguinte, numa constante mudança e adaptação para se adequar melhor às necessidades das mulheres. Diferentes pessoas eram convidadas para apoiar o processo, de forma que uma edição nunca era igual a outra; conteúdos eram acrescentados; metodologias substituídas e/ou inventadas... Distintas perspectivas construía processos diversos, singulares, cada vez mais maduros, horizontais e coerentes.

No entanto, até então, a Escola eram realizada em conjunto pelas três organizações e contava com a presença de mulheres rurais e urbanas e os módulos eram planejados por mulheres que em sua maioria eram urbanas. Durante as avaliações, as trabalhadoras rurais apontavam que havia muitas especificidades com relação aos seus contextos de vida e às suas identidades (agricultoras, assentadas, quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco, artesãs) que continuavam invisibilizadas na Escola, apesar de valorizarem o processo como um todo. As trabalhadoras rurais do MMTR-NE pensaram então que estava na hora de experimentar uma Escola feita pela e para as mulheres rurais, de acordo com sua reflexão sobre a pedagogia feminista rural. Segundo elas:

Nós fazemos a transmissão de conhecimento de forma diferente e também experimentamos esse conhecimento de forma diferente. Os saberes nascidos da prática são profundamente respeitados, pois refletem nossas vivências. E é por isso que somos sujeitos imprescindíveis no processo pedagógico que vai garantir melhorias no meio rural. Nós sabemos do que estamos falando, pois estamos falando de nada menos do que aquilo que

temos feito a vida inteira em nossas casas, quintais e roçados (Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE, 2015).

Então em 2015 o MMTR-NE inaugura uma Escola Feminista diferente das anteriores, planejada exclusivamente pelas mulheres rurais como um espaço de auto formação das mulheres, de forma processual e contínua, integrando conteúdos diversos para fortalecer o empoderamento político e econômico das mulheres rurais. Assumida pelas próprias lideranças, a Escola tem contribuindo para a unidade e afirmação político-pedagógica feminista rural do Movimento. Acreditamos que a pedagogia feminista rural propõe a abertura de novos horizontes e está de acordo com o que nos propõe Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014), pois responde à “aposta dupla” do feminismo decolonial ao conseguir:

- 1) revisar el andamiaje teórico-conceptual producido por el feminismo occidental blancoburgués, al tiempo que 2) avanzar en la producción de nuevas interpretaciones que expliquen la actuación del poder desde posiciones que asumen un punto de vista sub-alterno, constituye un aporte fundamental a la producción de nuevas epistemologías y marcos teóricos conceptuales que confrontan el andamiaje de producción de verdad hegemónico impuesto por Europa, y posteriormente por Estados Unidos. (MIÑOSO, 2014, p. 3).

A Escola Feminista dialoga com experiências anteriores de formação do Movimento, que tem entre suas práticas a multiplicação dos conhecimentos (através da formação das mulheres não apenas como lideranças mas também como multiplicadoras) e conta com várias publicações sobre as práticas pedagógicas das mulheres – inclusive um livro com a sistematização das experiências de formação política do Movimento, intitulado A Estrada da Sabedoria (2009). O livro contém textos, poemas e orientações de dinâmicas para a formação nas bases, feito por diversas trabalhadoras rurais. Foi revisitando as atividades realizadas anteriormente pelo Movimento – e também as adaptando a partir das boas experiências de atividades construídas coletivamente com outras organizações – que se pensou numa nova expressão da Escola Feminista. Esse novo formato foi tingido com as cores (interessante perceber que se pode literalmente ver nos materiais didáticos, na decoração dos espaços e nas roupas das mulheres as cores rosa pink e verde, usadas na bandeira do Movimento, simbolizando a luta das mulheres e o meio rural) do MMTR-NE e coerente com a pedagogia feminista rural:

Em essência, a educação que nos serve é a que criamos, porque contém o nosso modo de saber e pertencimento político de ser MMTR-NE. Este saber é o que nos constitui e nos

legítima. É uma educação que não nos oprime e sim nos liberta. A educação que desenvolvemos no Movimento deve ser exercitada desde os nossos lares e em todos os espaços que ocupamos. Esta é a sua força. (Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE, 2015).

As trabalhadoras rurais valorizam seu jeito de fazer atividades de formação e dessa forma reforçam seus vínculos afetivos e seu pertencimento. O discurso de Solange, trabalhadora rural sergipana, exemplifica bem o empoderamento das trabalhadoras rurais organizadas:

Sempre que eu tinha que ir pra uma reunião, me dava uma dor de barriga só de nervoso. Eu não tenho vergonha de dizer que na época não conhecia dinheiro. Não sabia o valor de nada, não sabia contar. Foi participando do Movimento que eu comecei a me desenvolver, fazer contas. E eu não tinha ideia nenhuma, não falava de tão nervosa, com medo de errar, de não saber falar. E eu vi que não era assim. Mesmo que eu falasse errado, as companheiras iam me apoiar e me respeitar. (Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE, 2015).

A ousadia e o apoio de uma inspiram a outra e um dos elementos que impulsiona o processo de engajamento e superação é a mística do MMTR-NE, considerada pelas mulheres como a alma do Movimento. As atividades sempre acontecem com as mulheres em círculo, em uma construção horizontal de conhecimentos. As bandeiras dos movimentos estaduais e regionais, chapéus de palha, flores, os produtos cultivados por elas, cordéis, as mudas e as sementes estão sempre no centro, evocando suas identidades e a luta cotidiana na terra. Muitas costumam usar camisas rosa pink (a mesma cor da bandeira do MMTR-NE, como já citado, e “marca registrada” das mulheres quando participam dos espaços diversos que ocupam). Durante a última Marcha das Margaridas⁴, as militantes do MMTR-NE orgulhosamente vestiam suas camisas rosa pink e saias coloridas, feitas de chita (tecido estampado florido típico da região Nordeste), assumindo seu jeito de se organizar e de viver. A mística do Movimento sincroniza as mulheres e reafirma sua autoestima de serem rurais e nordestinas.

4 A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres do Brasil. A primeira edição da Marcha aconteceu no ano 2000, com o lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexistas”, com a presença de 20 mil trabalhadoras rurais na capital do país. Desde então já foram realizadas cinco edições, a última em 2015, com cerca de 100 mil mulheres. O nome da marcha é uma homenagem a Margarida Alves, liderança sindical paraibana do município de Alagoa Grande, assassinada em 1983 a mando dos usineiros da região. A Marcha das Margaridas acontece no sempre no dia 17 de agosto, mesmo dia em que Margarida Alves foi morta em frente à sua casa. Hoje Margarida é um símbolo da luta das mulheres do campo, da floresta e das águas, da participação política e organização rural e da reivindicação por direitos.

Firmes no passo e desafiando o discurso hegemônico, as mulheres decidiram incorporar todos esses elementos na Escola Feminista e coletivamente elencaram os conteúdos prioritários, passando a trabalhar a partir de cinco módulos: 1. Acolhimento e História do Brasil: Descolonizando nossas próprias histórias e a do Brasil; 2. Sociologia e Ciência Política: Sociedade de classes e Movimentos Sociais; 3. Economia Feminista e Agroecologia: Trabalho doméstico e de cuidado, corpo e território; 4. Enfrentamento às várias formas de violência contra as mulheres; 5. Auto-organização e Feminismo rural.

Desconstruindo as hierarquias no processo de ensino-aprendizagem, as mulheres na Escola Feminista conversam sobre suas ancestrais, os sonhos e as vidas que elas tiveram, a diáspora africana, a sustentação ideológica da colonialidade, a desconstrução dos padrões eurocêtricos, a organização da sociedade civil e do Estado, as trajetórias de luta das mulheres, as estratégias de participação e incidência política. Aprofundam a reflexão sobre a divisão sexual de trabalho, o modelo de desenvolvimento neoliberal, a dominação dos corpos e das mentes das mulheres, o entendimento do pessoal como político, o reconhecimento das diversas formas de violência, a identificação dos mecanismos e órgãos de enfrentamento à violência contra as mulheres, dentre outras temáticas. Por fim, avaliam os aprendizados conectando-os com sua própria história enquanto mulheres organizadas e como o seu protagonismo da luta feminista passou a pautar o próprio movimento feminista, pois passam a se reconhecer e afirmar como feministas rurais.

Alguns depoimentos de participantes no último módulo da edição da Escola Feminista, iniciada em 2015 e concluída em 2016, com trabalhadoras rurais da região Agreste de Pernambuco: “Tinha vergonha de ficar nua porque sou gordinha, agora me lembro da nossa turma e não estou nem aí”; “Me descobri como mulher”; “Me dizem que estou sabida demais e rebelde, passei a pedir a meu marido para ele tirar o prato da mesa e botar perto da pia”; “Antes daqui eu vivia presa em casa, agora estou mais livre”; “Eu estou mais desinibida e sem vergonha”; “Aprendi que a dor de uma é a dor de todas”; “Entramos mulheres e saímos feministas”; “Antes tinha medo, hoje tenho coragem e força” (Relatório da Escola Feminista, 2016).

Todas as mulheres envolvidas no processo descrevem a experiência como profundamente transformadora, relatando diferentes relações com suas próprias histórias, seus corpos, suas famílias. Ocupando politicamente espaços locais e até mesmo nacionais e internacionais. Perdendo o medo do microfone, do espelho, de viajar, do marido. Provocando uma nova divisão de tarefas dentro das casas e nos roçados. Principalmente, multiplicando os aprendizados, assumindo o feminismo rural como uma forma de viver suas vidas com mais consciência, autoestima e

dignidade. Os títulos deste texto foram retirados de algumas das músicas mais populares entre as rurais nordestinas, que cantam suas histórias e sua resistência quando estão juntas:

Entrei na luta, da luta eu não fujo
Pelos direitos, da luta eu não fujo
Pela igualdade, da luta eu não fujo
Pra construir uma nova sociedade

A mulher explorada, da cidade e da roça
Acredita sempre na força da sua união
Organiza-se reclamando seus direitos
Perde a vergonha, luta com fé e decisão
(Autoria desconhecida)

Lá na cozinha eu sou mulher
Pra fazer comida eu sou mulher
Pra lavar roupa eu sou mulher
E na política, porque que é que não sou mulher?

Pra ir pescar eu sou mulher
Pra quebrar coco, eu sou mulher
Pra vigiar galinha, eu sou mulher
E lá na câmara, porque é que não sou mulher?

Pra cuidar do marido eu sou mulher
Pra cuidar dos meninos eu sou mulher
Pra ser machucada eu sou mulher
E na sociedade, porque é que eu não sou mulher?
(Doraci Zebina, trabalhadora rural do Maranhão)

As trabalhadoras rurais nordestinas mostram que é possível confiar nos próprios saberes, modos de vida, de relação e de produção. Confiar no que se aprende diariamente, no roçado, entre as mulheres. Confiar no que já sabíamos, mas nos disseram nada valia. Resgatar o simples e integrar o complexo. Confiar no que ensinaram as ancestrais, no que aprendemos umas com as outras. Na partilha, no experimento. Nas cores que escolhemos, no conhecimento que se multiplica,

circula, cresce, muda. Muda nossas vidas, muda a comunidade, muda o mundo. Muda o feminismo, pintando de verde rural a luta histórica das mulheres para romper com todas as relações coloniais de dominação, exploração e submissão.

Referências

- COSTA, Cláudia de Lima. *O sujeito no feminismo: revisando os debates*. Cadernos Pagu (19), Unicamp, 2002: pp.59-90.
- FARIA, Nalu. *O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo*. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, 2005.
- FERREIRA, Mary. *Feminismos no Nordeste brasileiro*. Polis Revista Latinoamericana, 28 | 2011.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- LUGONES, María. *Hacia um feminismo decolonial*. Hypatia, vol 25, No4. 2010.
- MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. *Una crítica decolonial a la epistemología feminista crítica*. Cotidiano, p. 7-12, mar-abr. 2014.
- MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). *A estrada da sabedoria: sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste*. Caruaru, PE, 2008.
- MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). *Relatório da Escola Feminista*. Caruaru, PE, 2016.
- MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). *Relatório da Oficina de Sistematização da Pedagogia do MMTR-NE*. Santa Luzia do Itanhi, SE, 2015.
- REDE MULHER & DEMOCRACIA. *Edição Especial 5 Anos*. Novembro de 2009.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- SALES, Celecina. *Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.